



NEGOCIAÇÃO DE UM NOVO MODELO DE PLR

*Pela rejeição da proposta da direção de novo regramento
O Sindipetro-RJ convoca assembleias para defender o indicativo de
rejeição ao regramento da PLR imposto pela Petrobrás*

Não há controle das metas e muito menos padrão de performance da direção - Nunca a FNP defendeu o modelo atual, pois suas metas não são controláveis e/ou auditáveis pelos trabalhadores e não há quaisquer condicionalidades mínimas quanto ao desempenho da direção/gestão como: não roubar, não utilizar ardis que transformem lucros em prejuízos, manter uma boa ambiência, não precarizar a condição salarial e, por consequência, a técnica dos trabalhadores terceirizados, por exemplo.

As metas não são ajustadas mesmo que a direção ajuste suas políticas ou ocorram furos em seu planejamento - Ainda que as premissas do planejamento da direção não se concretizem na realidade ou se mude a política de produção no meio do caminho, não há qualquer tipo de ajuste proporcional das metas para que as mesmas deixem de ser impossíveis na realidade - vide o que ocorreu com o índice de carga processada ou custo unitário de produção nos últimos anos devido à mudança na política de produção e preços e às variações do câmbio e preço do barril de petróleo.

RESULTADOS DO ATUAL MODELO - Só o trabalhador perdeu - Além de, mesmo bem respondendo contra os danos que os cartéis de empreiteiras e a coalizão dos Governos empreenderam contra a PETROBRÁS, o modelo atual (que se reflete muito na proposta do "novo") proporcionou o calote ao nosso direito por resultados, mesmo alcançando resultados invejáveis, ao batermos recordes de produção, reduzindo os custos de extração e o tempo para a completação e operação de poços, ao gerenciar e abater a dívida ao pagar juros e amortizações - como nunca se pagou na história da PETROBRÁS - ao manter o pagamento aos governos em impostos, contribuições, royalties e participações em patamares superiores aos 100 Bilhões de reais por ano, e ao honrar os pagamentos aos nossos fornecedores. Isto é, só o trabalhador perdeu... seja em direitos, seja no seu salário anual com o calote na remuneração "variável" (PLR), ou até no seu direito ao emprego conforme se deu com as demissões em massa dos terceirizados do Sistema Petrobrás.

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - A FNP sempre foi crítica à política de

remuneração variável / flexibilização salarial da Petrobrás, pois se sabia que sua variação em favor dos trabalhadores seria muito limitada, mas do contrário, visto o que se passava com os aposentados e o que a ativa agora sofre. Nossa bandeira, limitada ao que permitia a lei, sempre foi: "PLR máxima e linear (25% dos dividendos)".

Negociação 2018 de um novo modelo - Assim, nesse atual cenário, o Sindipetro-RJ entende que só haverá possibilidade de acordo com a Petrobrás se ela avançar, inicialmente, em três medidas: 1º - excluir o sistema de consequências de sua proposta; 2º - promover um amplo e transparente debate sobre os indicadores sugeridos; e, por fim, 3º - promover um modelo que assegure a participação da categoria nos resultados que ela própria cria, pois é participação nos lucros... e, também, nos resultados. Ainda, considerando a contribuição da Petrobrás à economia nacional e aos governos, temos que o lucro líquido é somente a ponta de um iceberg de toda geração de valor que anualmente a Petrobrás entrega ao país.

Continua na página 2.

ASSEMBLEIAS PLR

Veja o quadro na página 2.

PARTICIPEM!

O sistema de consequências é um dos itens mais críticos. Pela proposta da empresa, o clima de perseguição aos trabalhadores ganhará mais uma ferramenta institucional (lembremo-nos das regras do PCR para avanço de nível). Em caso de advertências/punições, pelos mais variados critérios, a remuneração recebida pelo trabalhador seria reduzida. Seria uma dupla punição, pior ainda em um cenário em que a experiência da categoria, na última greve, foi de que gerentes puniram trabalhadores com as mais diversas alegações. Segundo a Petrobrás, o valor de pagamento da PLR será reduzido em 10%, nos casos de punição com advertência por escrito e, 20% em decorrência de punição com suspensão durante o exercício.

A isso é somada a manutenção de uma política salarial desigual e discriminatória. Empregados que ocupam cargos de confiança seguem sendo privilegiados. Isso sem falar na disposição do Conselho de Administração de engordar o bolso dos grandes acionistas.

FINANCEIRIZAÇÃO DAS METAS

O modelo atual tem metas que são em sua maioria operacionais. Resumidamente: 1) Volume total de petróleo e derivados vazados, 2) Custo unitário de extração, 3) Produção de óleo e LGN, 4) Carga Fresca Processada, 5) Eficiência

das operações com navios e 6) Atendimento da programação de entrega de Gás Natural.

Agora, na revisão proposta pelo Governo (SEST) e Diretoria da Petrobrás, o painel de metas ganha caráter mais financeiro, vinculado a um plano de negócios que coaduna com a venda de ativos, o desmonte do Sistema Petrobrás e a retirada de direitos. Este alinhamento ao PNG, que se revelou na proposta de equacionamento da Petros, na desconfiguração do Benefício Farmácia, precarização do ACT, redução do efetivo, agora chegou à proposta de metas da PLR. Isso é nada mais do que a aplicação de uma política neoliberal de desmonte da Petrobrás e sua capitulação total ao mercado financeiro, que, aliás, vem ocorrendo já faz algum tempo nos vários governos.

Categoria segue rejeitando amplamente a proposta da direção da Petrobrás - Por isso, as votações nos vários sindicatos seguem rejeitando essa proposta de regramento de PLR, não aceitando essa "corda no pescoço" que tenta impor um novo acordo, como se não houvesse um acordo ainda vigente e condições legais para manter a negociação, de forma a assegurar o regular pagamento em 2020, relativo ao período de apuração de 2019.

LEI DE PLR - É bom lembrar que a PLR é regulamentada pela Lei 10.101/2000

que regula a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do art. 7º, inciso XI, da Constituição. A prova deste descumprimento é ainda a vinculação do novo Programa de Remuneração Variável dos Empregados (PRVE) à PLR. Sem falar que o PRVE vai no sentido oposto à lei, pois vai aumentar a assimetria entre as remunerações dos trabalhadores da Petrobrás, pois privilegia os ganhos dos gerentes e demais cargos de chefia, em detrimento dos demais trabalhadores e trabalhadoras.

MOBILIZAR PARA REJEITAR

O fato é que a realização de assembleias durante esse período de final de ano prejudica a mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras; daí a necessidade de uma convocação à base para que faça um esforço de comparecimento às unidades e prédios da companhia para rejeitar mais essa tentativa de retirada de direitos.

ASSEMBLEIAS

A FNP fará uma reunião ampliada nos dias 20 e 21 de dezembro e aprofundará a discussão sobre esse tema.

QUADRO DE ASSEMBLEIAS

UNIDADE	GRUPO	LOCAL	DIA / HORA
SEDE DO SINDIPETRO-RJ	(REPESCAGEM)		27/12 ÀS 17H
VENTURA			26/12 ÀS 12H30
SENADO			27/12 ÀS 12H30
EDICIN			26/12 ÀS 12H
EDIHB			28/12 ÀS 12H30
TBG			27/12 ÀS 12H
CENPES	ADM	PCV 1	27/12 ÀS 12H



FIQUE LIGADO!

As assembleias do Sindipetro-RJ se darão a partir do dia 22 de dezembro. Confira no site do sindicato todo o calendário atualizado de assembleias.

Não ao regramento proposto pela direção da Petrobrás!
Vamos à unidade na luta na defesa de nossos direitos!

Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro
www.sindipetro.org.br
(21)3034-7300/7326

Comunicação: Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália Russo, Vinicius Camargo | (21)3034-7307/7337

Edição e Redação: André Lobão (MTb 28.307-RJ) e Regina Quintanilha (MTb 17.445-RJ)

Secretaria: Ronaldo Martins | **Diagramação:** Adriana Gulias

Projeto Gráfico: Caio Amorim | **Impressão:** MEC | **Tiragem:** 10.000



EM DEFESA DA VIDA

INCÊNDIO EM MANGUINHOS MOSTRA SUCATEAMENTO DA REFINARIA



Um incêndio de grandes proporções atingiu parte da Refinaria de Manguinhos (Refit), na Zona Norte do Rio na tarde desta segunda-feira (17). Segundo o Centro de Operações da Prefeitura do Rio, o fogo começou por volta de 14h, sendo controlado duas horas depois.

A Refit informou que o incêndio teve início em um dos caminhões que faziam a descarga de combustíveis na área que fica no interior da unidade. Segundo a empresa, ninguém ficou ferido.

SINDIPETRO-RJ COBRA EXPLICAÇÕES

O Sindipetro-RJ cobrará por ofício mais informações e a constituição de uma comissão de investigação de acidentes, com a presença de representantes eleitos da CIPA, e a participação do Sindicato no processo, e se o plano de emergência foi colocado em prática conforme padrões das Normas Técnicas da ABNT. A cobrança também será feita em reunião que já estava agendada para esta quinta (20), com representação da Refit, sobre SMS.

Incêndio causou preocupação em terceirizados da Petrobrás

Ainda na durante a ocorrência do incêndio da Refinaria de Manguinhos, o Sindipetro-RJ, solidário aos trabalhadores terceirizados da Petrobrás enviou ofício à empresa pedindo apoio na comunicação e liberação de seus trabalhadores da base da pirâmide, como o pessoal de limpeza. Muitos desses trabalhadores das unidades da companhia possuem parentes ou moram nas favelas da região de Manguinhos, que cercam a refinaria, demonstrando muita preocupação por conta da proximidade das residências que ficaram expostas a densa fumaça. Em resposta, o gerente destinatário da Petrobrás disse que ficará atento pra que os trabalhadores não sejam prejudicados.

RELAÇÕES PERIGOSAS

A Refinaria de Manguinhos foi criada em 1954 e rebatizada em 2017 com o nome Refit já no processo de re-

cuperação judicial, sendo agora de propriedade de Ricardo Magro, empresário ligado a Eduardo Cunha. Magro foi preso na Operação Recomeço, que apurou desvios de recursos dos fundos Petros e Postalis na compra de universidades do Rio pelo Grupo Galileo.

Em 2007, a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) criou uma CPI que apurou um esquema de sonegação que, entre 2002 e 2006, teria produzido um rombo de pelo menos R\$850 mi na arrecadação (Golpe da Liminar). Durante o ano de 2009, a refinaria passou a ser comandada por Marcelo Sereno, operador de José Dirceu na Casa Civil e um dos articuladores do mensalão.

No ano de 2016, em delação, Nestor Cerveró disse que, há tempos, políticos do MDB tentaram vender a refinaria para a Petrobrás a preços exorbitantes.

Em 2017, apesar de alardear aumento na produção, fotos mostravam instalações em deterioração, com tanques de armazenamento enferrujados e caminhões-tanque sucateados.

A SAÚDE DO TRABALHADOR É COLETIVA

Ao longo de 2018, o Sindipetro-RJ estreitou parceria com o Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH/Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz) com o objetivo de promover intercâmbio de conhecimentos.

Na sexta (14), um encontro entre especialistas e diretores do Sindicato consolidou essa aproximação entre as entidades. "A saúde vem sendo separada do ambiente de trabalho e, como o próprio nome do CESTEHE diz, eles são integrados. Os especialistas estão vindo nos ensinar, mas também aprender conosco sobre a vida e a saúde do trabalhador na indústria do petróleo", disse o diretor do Sindicato, André Bucaretsky.

A coordenadora do CESTEHE, Kátia Reis, destacou que

"infelizmente, no Brasil, somente os especialistas conseguem ter uma análise crítica sobre o processo de trabalho e os efeitos desse processo sobre a saúde coletiva dos trabalhadores". Para promoverem uma futura troca desses conhecimentos, o Sindipetro-RJ e o CESTEHE realizaram este ano três oficinas explorando temas recorrentes na categoria petroleira: assédio, regime de trabalho e risco de exposição.

Segundo o diretor do Sindicato Ricardo Bogado, "em 2019, a parceria vai ser aprofundada com previsão de disponibilizar conhecimento e fortalecer essa discussão na classe trabalhadora".

Saiba mais na TV Petroleira: <https://youtu.be/kI6FXfL78wQ>

UNIDADE CONTRA O PETROS 3 E O FIM DO PPSP TOMA O CENTRO DO RIO



Na tarde desta segunda (17) centenas de petroleiros realizaram um ato em frente à sede da Fundação Petros, na Rua do Ouvidor, no Centro do Rio de Janeiro.

Em meio a um calor de 39 graus, aposentados e ativos do sistema Petrobrás protestaram contra a intenção da Petrobrás e do Governo de acabarem com o plano de previdência fechado de benefício definido, criando o Petros 3.

No apagar das luzes do governo Temer, no dia 7 de dezembro, foi emitida pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), a resolução 25 que

estabelece novas diretrizes para os planos de benefícios de previdência complementar das estatais federais, e que permitirá a transferência de gestão dos planos de benefícios das Fundações (controladas pelos participantes e patrocinadoras) para instituições de mercado.

No meio do aglomerado de pessoas, dirigentes sindicais e conselheiros da Petros mandavam o seu recado sobre o Petros 3. Aposentados presentes também fizeram a sua voz ecoar.

“PETROS cobre as dívidas das patrocinadoras! PETROBRÁS honre seus compromissos com os trabalhadores, com quem te fez e faz forte!”

Com a presença de trabalhadores

ativos e inativos do sistema Petrobrás de vários estados, as falas duraram mais de três horas, com críticas unânimes ao Petros 3, sendo a dívida das patrocinadoras lembrada diversas vezes nos discursos.

Enquanto isso segue no compasso de espera a avaliação da Petros e da Petrobrás sobre a proposta alternativa ao PED atual, que visa diminuir os danos e o impacto sobre os participantes, preservando a estrutura do plano de Benefício Definido (PPSP), os direitos, cobrando responsabilidades e promovendo a sustentabilidade.

A manifestação demonstrou uma unidade entre as federações e sindicatos, bem como com as associações de aposentados e grupos de base na defesa do PPSP.



AÇÃO DO PED:

EM 12 PONTOS O SINDICATO ESCLARECE:

- 1 - Conforme decisão da diretoria colegiada as ações jurídicas do Sindicato são para todos os associados. Porém, a ação do PED foi peticionada antes desta decisão e vale para toda a categoria, ou seja associados e não associados.
- 2 - A Petros descumpriu a liminar e realizou descontos em novembro. Depois resolveu não descontar para os associados moradores do Rio de Janeiro, adotando um “critério próprio”, sem nenhum embasamento na realidade da categoria.
- 3 - Com esse “critério próprio”, nem todos os petroleiros associados e não associados, do município do Rio de Janeiro e da área de abrangência territorial do Sindicato, estão sendo beneficiados pela liminar obtida pelo Sindipetro-RJ.
- 4 - A Petros diz que está considerando o cadastro da Petrobrás para verificar a residência do petroleiro e excluindo da liminar todos que não residem no estado do Rio de Janeiro. Ou seja, o participante que tiver em seu cadastro outro Estado, permanece com o desconto do PED.
- 5 - Ao que parece, o mesmo critério, acima, está sendo utilizado para o cadastro da Petros.
- 6 - Também por decisão própria, a Petros está restringindo a medida aos associados do Sindipetro-RJ, considerando como tal aqueles que têm descontos na folha da Petrobrás e na folha da própria Petros.
- 7 - Outro erro ocorre quando a Petros adota essa lista: e os que são sócios remidos, pagam por boleto, anistiados políticos antigos?
- 8 - É por isso que o Sindipetro-RJ peticionou para que a decisão judicial seja respeitada e que tenha abrangência para todos na base territorial de atuação do Sindicato, já que a juíza não determinou nada disso. Quando isso ocorre, normalmente, a justiça determina que o Sindicato encaminhe a lista de sindicalizados, o que não aconteceu.
- 9 - Orientamos que os associados que ainda estão sendo descontados do PED atualizem seus cadastros junto à Petrobrás, para o pessoal da ativa, e junto à Petros, aos assistidos, em relação a sua residência na base territorial do Sindipetro-RJ.
- 10 - A sindicalização garante a abrangência para qualquer ação impetrada pelo Sindipetro-RJ.
- 11 - Se sindicalizar agora vai valer? Não podemos afirmar, depende do desenvolvimento da ação.
- 12 - Quais associados? Também não sabemos, porque se o Judiciário decidir isso, ela pode pedir lista do momento da decisão, pode pedir do momento em que foi dada entrada a ação, pode dizer que é para todo mundo, pode dizer que é só para quem mora no Rio ou até dizer que a Petros está certa. A orientação para filiação ocorre porque se prevalecer a tese de que é só associado, quem não for ficará de fora. E também porque o Sindicato vai muito além das disputas judiciais; é a construção da defesa dos trabalhadores, cada dia mais atacados em seus direitos.

CUMpra-SE! JUÍZA ORDENA QUE PETROS ACATE DETERMINAÇÃO JUDICIAL QUE SUSPENDE PED NO RIO

SINDIPETRO EXIGE DEVOLUÇÃO

O Sindipetro-RJ havia feito um peticionamento na quinta (13) à mesma 6ª Vara do Fórum Central do Rio de Janeiro que pede providências ao Juizado pelo não cumprimento da liminar obtida no último dia 8 de novembro que obrigava a Petros a não efetivar os descontos extraordinários do Plano de Equacionamento do Déficit (PED) do PPSP, sob pena de multa equivalente ao valor indevidamente cobrado.

O fato é que em sua resposta, já em 11 de dezembro, portanto quase um mês depois, a Petros, de forma equivocada, informou que por a folha de pagamento dos benefícios, referente ao adiantamento do dia 10 de novembro, já estar fechada, não poderia suspender o desconto no dia 25 e que só a partir do contracheque do mês de dezembro faria cumprir a ordem judicial, inclusive, com o ressarcimento dos descontos de novembro, se fosse o caso.

Mas a inconsistência escancarada ficou patente quando os participantes verificaram em seus respectivos contracheques tanto do 13º salário quanto do mês de dezembro, que os descontos do PED não foram devolvidos e, pior, permaneceram mantidos, configurando-se em um claro descumprimento da decisão liminar obtida em 8 de novembro pelo Sindipetro-RJ.

Sendo assim, o Sindicato solicitou à Justiça que determine à Petros a regularização da situação em um prazo de 48 horas, que seja emitida uma folha complementar, além da majoração da multa estipulada na decisão liminar, com multa pessoal extensiva ao presidente da Petros, Daniel Lima.

Nesta segunda (17), em resposta a petição protocolada em 13 de dezembro pelo Sindicato sobre o novo descumprimento da liminar, que suspende o desconto extraordinário e obriga a devolução de desconto indevido do mês de dezembro do PED, a juíza titular, Luciana de Oliveira Leal Halbritter, da 6ª Vara Cível determinou intimar a Petros por Oficial de Justiça (OJA), para comprovar o fiel cumprimento da determinação judicial.

No mesmo despacho, informou que mantém a decisão de deferimento da liminar, pois a Petros havia juntado no processo a cópia do agravo de instrumento por ela interposto contra a decisão que acatou a liminar, com objetivo de que houvesse a retratação e, conseqüentemente, a revogação pela própria juíza que a deferira. Desta forma, agora, somente o Tribunal de Justiça, 2ª Instância, através da 11ª Câmara Cível, em potencial recurso poderá decidir sobre a manutenção ou revogação da liminar, após colher informações da juíza que proferiu a decisão e receber as contrarrazões do Sindicato.



COMPERJ: EM REUNIÃO, SINDICATO APRESENTA CONTESTAÇÃO DE TRABALHADORES SOBRE LAUDO DE POSSÍVEL POLUIÇÃO



Na primeira reunião que tivemos com a gerência do Comperj, em 11/09, repassamos a preocupação de trabalhadores oriundos do Terminal de Cabiúnas (TECAB) de que se repitam na UPGN do Comperj os mesmos problemas ocorridos na UPGN de lá. Lá houve mortandade de dezenas de pássaros, insetos e morcegos e diversos trabalhadores passaram mal, alguns necessitando de atendimento médico.

A suspeita mais forte é de que isso esteja sendo causado por um composto derivado do enxofre, o sulfeto de carbonila (COS), que é oriundo do processo industrial da UPGN visto que a matéria prima tem enxofre na sua composição. Esse produto, que tem mau cheiro, estaria sendo eliminado por uma chaminé (Vent). Em cima e em volta dela é que foram encontrados os animais mortos.

Essa preocupação advém de que o projeto das duas UPGNs (Comperj e TECAB) é muito semelhante, assim como a matéria prima das duas unidades.

O gerente Alessandro nos trouxe a resposta a esse questionamento na segunda reunião, dia 23/10. Segundo a ver-

são da empresa, é reconhecido que houve mortandade dos bichos e o mal-estar das pessoas. Mas alegam que o levantamento técnico feito apontaria para que a origem do problema não seja a contaminação por produto derivado do enxofre, mas a concentração de gás carbônico, CO₂, que teria causado a asfixia nos animais e levado a que as pessoas se sentissem mal. Que haveria apenas traços de enxofre, mas em uma concentração muito baixa, o que explicaria o cheiro característico. Foi informado que foram feitas amostras ambientais e que elas não confirmaram a presença de sulfuretos em concentração com risco de intoxicação. Disse ainda que a questão do cheiro também teria algo de psicológico.

Alegaram que o CO₂, como é mais denso que o ar, tende a descer para o ambiente e diminuir a quantidade de oxigênio presente. Segundo o relato dos representantes da empresa, foram feitas simulações de dispersão e identificaram que a velocidade de saída pelo Vent estava baixa, causando a concentração do CO₂. A solução encontrada em Cabiúnas teria sido de redirecionar o gás para o flare, junto com o gás de purga, para aumentar a dispersão na atmosfera.

MOBILIZA

O Sindicato já havia se colocado à disposição da categoria caso houvesse alguma dificuldade dos trabalhadores para recolocação a partir do Mobiliza. Como havia feito no encontro anterior, o Sindipetro-RJ relatou novamente queixas dos empregados do Comperj que informam ter dificuldades em efetivar suas transferências para outras unidades.

Na reunião, a gerência informou que oito pessoas da UTE 3, de um grupo de inscritos, haviam sido selecionadas para outras áreas, e que com isso oito vagas foram abertas para reposição. Ainda, segundo a gerência, desses oito, dois da área de elétrica apresentam problemas de atratividade/competividade para envio ao Comperj.

Diante deste informe o Sindicato pediu o número total de inscritos para as vagas abertas no Comperj, mas os representantes da empresa informaram que não dispunham dos números no momento e ficaram de fornecer esses dados posteriormente. Mais uma vez, o Sindipetro-RJ reitera seu apoio e articulação caso algum trabalhador tenha necessidade de fazer algum encaminhamento no Mobiliza.

CEPE NO COMPERJ

Sobre a construção de um CEPE no Comperj, os representantes da Petrobrás informaram que não tinham nenhuma definição, tendo inclusive pedido desculpas pela lentidão do processo, e ainda aguardam a análise da gerência de Relações Sindicais para verificar a viabilidade do projeto junto à Comunicação da empresa, setor responsável para encaminhar a proposta dos trabalhadores para uso de uma área do Comperj que possui estrutura já construída para implantação do clube, e que os trabalhadores da unidade já tem disponibilizado um projeto.

O Sindicato informou à empresa que pretende conversar com os responsáveis de outros CEPES, como o do Fundão, para saber como, na prática, funciona o processo de implantação de um CEPE.

Na reunião, o Sindicato apresentou a contestação dos trabalhadores à tese defendida pela gerência. Foram elencados os seguintes pontos:

1 Não houve avaliação ambiental do PPRA para que se pudesse chegar à conclusão de que não há presença do sulfeto de carbonila ou outro composto sulfurado no ambiente. Que a técnica adotada para coletar a atmosfera e que teria demonstrado que não há presença significativa de COS é inadequada para coletas ambientais. Que esse tipo de metodologia de coleta só se usa para coletar gás em linha e não no ambiente. Assim sendo, a medição da empresa não serve para demonstrar nada.

2 Que a análise cromatográfica gasosa feita na linha pela empresa apontou que a composição do gás tem o enxofre e que no projeto de construção do TECAB não foi levada em conta a presença desse contaminante;

3 Que os trabalhadores da Cipa do TECAB tiveram acesso ao laudo de necropsia dos pássaros elaborado por uma veterinária da UFF. Neste laudo consta que os pássaros não morreram por asfixia, mas sim por intoxicação.

4 Que o cheiro é sentido em uma área muito ampla do TECAB e que é muito forte perto do Vent. Assim sendo, a afirmação de que o cheiro teria uma origem psicológica não tem cabimento.

Após nosso relato, acertamos com a gerência do Comperj a realização de uma reunião específica sobre o projeto do Comperj. Nessa reunião virão as pessoas envolvidas com esses projetos, tanto do TECAB quanto da UPGN do Comperj. De nosso lado vamos convidar os trabalhadores envolvidos nesse debate em Cabiúnas e no Comperj, assim como a Cipa do Comperj. A pauta da reunião teria 3 tópicos:

1- Apresentação do resultado da necropsia da veterinária;

2- Avaliação das duas hipóteses apresentadas, englobando a questão da concentração de CO₂ e o estudo de dispersão dos gases e a análise físico-química das matérias primas e dos gases eliminados;

3- Comparação dos hardwares das UPGNs TECAB e Comperj

Segundo o diretor do Sindipetro-RJ, André Bucarecky, "Nosso intuito é justamente identificar o problema agora para que seja corrigido ainda nas fases de projeto e construção. Estamos priorizando o debate interno com antecedência pois queremos resolver o problema de forma que sejam preservadas a saúde e o bem estar dos trabalhadores, assim como o meio-ambiente e a vida silvestre.

Não estamos amarrados a uma hipótese, mas que o objetivo é chegar à verdade dos fatos para que possamos eliminar o risco" - explicou.

EMPREGADOS DA P-75 RELATAM QUE NÃO RECEBEM AJUDA DE CUSTO

O Sindipetro-RJ encaminhou no último dia 7 de dezembro um ofício à Petrobrás em que cobra providências da empresa sobre o fato de os trabalhadores embarcados na P-75 não terem recebido a ajuda de custo, conforme o Padrão PP1PBR-00480-D, no item 3.1.2.16.

"Uma vez definida a movimentação, o gestor ao aprovar a transferência ou troca de imóvel confirma estar ciente do custo total estimado para os quatro anos da(s) referida(s) transferência(s), em valor atual, referente à ajuda de custo para instalação e ao adicional provisório de transferência (ou adicional provisório de transferência temporária), quando houver."

O estranho é que o padrão foi cumprido na movimentação dos empregados da P-74, o que tem gerado insatisfação aos trabalhadores da P-75 com o tratamento diverso.

NOS EUA, "PETROBRAS AMERICA" DEMITE

A Petrobras America, subsidiária da Petrobrás, vai demitir mais de 50 empregados, ou mais de 33% de sua força de trabalho em uma unidade de Houston, Texas, entre 28 de fevereiro e 31 de outubro de 2019, segundo informa a agência Reuters.

O movimento ocorre como resultado da formação de uma joint venture em produção de petróleo nos Estados Unidos entre a Petrobras America e a norte-americana Murphy, segundo o documento, uma carta da área de Recursos Humanos da Petrobrás aos funcionários. Na nova empresa, a brasileira terá 20 por cento e a companhia dos EUA, 80 por cento.

A criação da joint venture foi concluída no início deste mês. Por meio do negócio, todos os ativos de petróleo e gás natural em produção situados no Golfo do México, de ambas as empresas, foram agregados na joint venture. "É importante notar que a Petrobras America não faz parte de um sindicato nem está desrespeitando direitos aplicáveis. Adicionalmente, para ser observado, todos os empregados afetados foram notificados", disse a Petrobrás, no documento.

No Texas, a Petrobrás ainda negocia a venda da refinaria de Pasadena para a norte-americana Chevron.

PAPAI NOEL VELHO BATUTA X PAPAI NOEL PETROLEIRO

De um lado o Papai Noel dos trabalhadores e trabalhadoras da Petrobrás, do outro o velho e já conhecido Velho Batuta dos neoliberais



Mais um Natal chegando e a categoria petroleira se vê as voltas com o saco de maldades do governo Temer que se vai pela chaminé sem deixar nenhuma saudade, e com o novo, de Jair Bolsonaro, que chega para implementar ainda mais o processo de desmonte da Petrobrás e da retirada de nossos direitos, sob o comando de Paulo Guedes, o Papai Noel Velho Batuta, como diz a música da Banda punk Garotos Podres.

Na atual conjuntura não existe Natal para os empregados da Petrobrás quando Ivan Monteiro e seus duendes neoliberais presenteiam os ricos, no caso, as petroleiras estrangeiras, com ativos a preços de banana. E reapresenta-nos um velho modelo de PLR que não honra quaisquer resultados da categoria, que não foram, não são e não serão poucos.

O Papai Noel Velho Batuta de Bolsonaro busca liberar o leilão da Cessão Onerosa já no TCU, passando por cima do Senado que encerra legislatura sem aprovar este crime de lesa pátria que é a retirada dos direitos de exploração que a Petrobrás comprou por R\$ 74,5 bi, bem como no caso do excedente da Cessão, conforme a lei, os direitos lhe foram concedidos para a exploração em favor da União, como operadora.

Outro presente é Roberto Castello Branco, designado como novo presidente da Petrobrás que prega a saída dos setores de refino e distribuição, facilitando a vida de outras empresas, que nenhum investimento fizeram ao longo de anos, nem sequer se dignaram a concorrer.

Enquanto isso, o Papai Noel Petroleiro sofre: com a perspectiva de mudanças na AMS com a aplicação da Resolução 23, que aumenta o custeio e retira direitos; com o Plano de Equacionamento do Déficit (PED) do PPSP, e a perspectiva do lançamento do Petros 3; com os acidentes, as denúncias de assédio moral, subnotificações de acidentes de trabalho; o rebaixamento de salários dos terceirizados, e calotes, como os que agora ocorrem em Suape, entre tantos outros “presentes de grego” ofertados pelo Papai Noel dos ricos.

*Feliz Natal...
Somente aos que lutam!*

INFORME JURÍDICO



RECESSO

Entre os dias de 20 de dezembro de 2018 e 06 de janeiro de 2019, o Departamento Jurídico não fará atendimento ao público, considerando o recesso do Judiciário (conforme Art. 62, inc. I da Lei 5010/66). Em tal período, o expediente será interno, para organização do Departamento.

Na Justiça do Trabalho, os prazos ficam suspensos no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro conforme Resolução Administrativa nº 39/2017 do TRT 1ª Região.

IRR DA RMNR

Nesta segunda, 17/12 foram julgados no Tribunal Superior do Trabalho (TST) os Embargos de Declaração interpostos pela Petrobrás e pela União em face do acórdão no Incidente de Recursos Repetitivos (IRR) do Complemento RMNR.

O TST, por unanimidade, manteve a decisão favorável aos trabalhadores, ou seja, o Tribunal entende que a empresa tem efetivado pagamento a menor no Complemento RMNR.

Mais uma Vitória para o Trabalhador. Ainda é possível que a empresa apresente recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF).